

CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 22/2018

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2018

(Contém 27 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA

FALTOU O SEGUINTE MEMBRO:

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA



CÂMARA MUNICIPAL**DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 22/2018****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2018**

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Não compareceu à reunião o Senhor Vereador Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Sandra Cristina Lima Madeira Bernardo, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio Pessoal.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 19 de outubro de 2018.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não tendo participado na votação o Senhor Vereador Roberto Manuel de Sousa Oliveira, porque não esteve presente naquela reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e será assinada pela Senhora Presidente e por quem secretariou a reunião.



JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:

A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara que justificou a falta do Senhor Vereador Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, de acordo com a alínea c) do artigo 39.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, competência que foi delegada em reunião de 25 de outubro de 2017.

A Câmara tomou conhecimento.

ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Senhor Vereador Roberto Oliveira disse que leu na imprensa que ia haver uma visita do Governo Regional dos Açores à Ilha de São Miguel e que o concelho de Lagoa ia ser o primeiro a ser visitado e pediu informações à Senhora Presidente.

A Senhora Presidente da Câmara respondeu que leu na imprensa que o Governo Regional dos Açores iria visitar a Lagoa durante dois dias, mas achava que essa informação não estava correta. O conhecimento que tinha é que irá haver uma visita a toda a Ilha de S. Miguel, durante dois dias, e que recebeu um ofício do Governo Regional a solicitar que reservasse aqueles dois dias na sua agenda e que posteriormente irão enviar o programa da visita. Também sabe que o Governo Regional irá reunir-se com o Conselho de Ilha de S. Miguel.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou quais as expectativas para essa reunião e quais os projetos ou obras para a Lagoa que serão discutidos.

A Senhora Presidente da Câmara referiu que as obras para a Lagoa previstas no orçamento do Governo para o próximo ano são a Escola do Fisher e o segundo edifício do Nonagon, estando previstos 158 mil euros para a Escola do Fisher, que julga ser apenas para a substituição do telhado e 2 milhões de euros para o segundo edifício do Nonagon.

Informou que a Câmara Municipal também tem investido naquela escola e informou que durante o Verão foi feita uma intervenção, alargando a entrada norte para acesso dos autocarros, construindo uma paragem de autocarro, uma casa de banho adaptada para pessoas com deficiência e rampas de acesso.

Expôs também que não é contra a passagem daqueles alunos para a Escola Secundária de Lagoa, uma vez que aquela escola já recebeu em tempos os alunos de Água de Pau, enquanto decorria a construção da EBI de Água de Pau.

O Senhor Vereador Carlos Augusto referiu que no seu entender essa mudança irá gerar descontentamento por parte dos pais.

A Senhora Presidente da Câmara referiu que, no seu entender, essa situação não causaria grande transtorno uma vez que não implicaria a mudança de freguesia e na prática a



Escola do Fisher só leciona dois anos, transitando depois os alunos para a Escola Secundária. Além do mais é uma escola que goza de um grande prestígio.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira perguntou se não haviam mais obras, tendo a senhora Presidente da Câmara informado que as outras obras são a construção do CAO e o Lar Residencial, estando inscrita a verba de 100 mil euros, mas esse valor diz apenas respeito à aquisição do terreno, não estando o investimento lá, uma vez que será a Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa a construir a obra, através do plano de financiamento JUNQUER, que é um plano próprio para as IPSS e Misericórdias, que permite que as mesmas beneficiem de melhores condições de financiamento.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se não iriam avançar com o reordenamento junto à Santinha, permitindo uma melhor acessibilidade à freguesia de Água de Pau e se o mesmo não era para ter iniciado durante este ano de 2018, tendo o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado respondido que era para ser feito depois dos miradouros, pois estes tinham de ficar concluídos no Verão.

Mais informou a Senhora Presidente que fica de fora o Porto de Pesca, mas sabe que o Senhor Presidente do Governo já reuniu com os pescadores e informou-os que a intervenção fica para um próximo Quadro Comunitário de Apoio.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que o Porto dos Carneiros, na freguesia do Rosário tem sido muito visitado pelos turistas e por quem se dirige ao Complexo Municipal de Piscinas, entende que o mesmo é um ponto turístico da Lagoa e não concorda que se faça obras no mesmo pois poderá “desvirtualizar” toda a zona do Porto dos Carneiros e isso é ir contra aquilo que é o património histórico do Rosário.

A senhora Presidente da Câmara informou que o que está em causa é o facto das embarcações cabinadas não conseguirem varar no Porto dos Carneiros e que há pescadores da Lagoa que têm essas embarcações nos portos de Vila Franca do Campo e Ponta Delgada, mas sabe que quando houver condições no Porto dos Carneiros querem regressar para a Lagoa.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou qual o ponto de situação da moradia sita ao Portinho de São Pedro.

A senhora Presidente da Câmara informou que foi feita uma proposta para adquirir uma casa sita ao Portinho de São Pedro, e que depois das negociações ficou acordado adquirir aquele imóvel pelo valor de 30.000,00€. Ao chegar ao momento da escritura, a família recuou e está a pedir mais dinheiro. Referiu que a Câmara Municipal não pode adquirir um imóvel acima do valor da avaliação.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou se o objetivo daquela compra era para aumentar o logradouro do Clube Náutico de Lagoa, tendo a Senhora Presidente da



Câmara respondido que a intenção é adquirir aquele imóvel para aumentar a nossa frente marítima.

A Câmara tomou conhecimento.

ORDEM DO DIA:

PRESIDÊNCIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- Semana Europeia da Democracia Local – Cerimónia inaugural das sessões de Educação Política e para a Cidadania;
- Autarquia Lagoense levou 5 jovens a Valongo para a Semana Europeia de Democracia Local;
- Campeonato Europeu de Patinagem Artística trouxe retorne económico para a Ilha de S. Miguel e Lagoa;
- Lagoa assinalou Dia Nacional da Paralisia Cerebral;
- Igreja de Nossa Senhora do Rosário acolheu Encontro de Coros;
- Lagoa forma única Equipa de Futebol Feminino da Ilha de São Miguel;
- Empresas Lagoenses galardoadas com Certificado de Excelência e Travellers' Choice;
- "Música como forma de Socialização";
- Dia Municipal para a Igualdade assinalado com calendário elaborado pelos alunos da EBI de Água de Pau;
- Apresentação do I Plano de Ação de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2019;
- Lagoa acolheu Reunião da Assembleia Intermunicipal da Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis.

A Câmara tomou conhecimento.

PONTO N.º 2 – VOTO DE LOUVOR A MARIA MADALENA MADUREIRA:

Foi presente o Voto de Louvor a Maria Madalena Madureira, subscrito pela Senhora Presidente, que abaixo se transcreve:

"Maria Madalena Madureira, nascida em Angola em 1945, foi Professora de Educação Física na Escola Preparatória de Lagoa, de 1987 a 2001.

Cum

Colaborou durante vários anos com a Câmara Municipal de Lagoa na organização das Corridas de Atletismo, realizadas anualmente entre Água de Pau/Lagoa.

Foi a fundadora do Clube de Atletismo da Escola Preparatória da Lagoa e treinou vários jovens e atletas lagoenses que se evidenciaram em provas regionais, nacionais e europeias, na área do Atletismo.

Foi prospetora de talentos, de 2002 a 2004, um projeto que mereceu o apoio da Câmara Municipal da Lagoa.

Detentora de um amplo currículo, desempenhou vários cargos de relevo, designadamente: representante da ilha de São Miguel, em Atletismo, no Conselho Regional de Alta Competição; Seleccionadora Regional aquando da realização dos Jogos das Ilhas; Presidente da Associação de Atletismo de São Miguel; Diretora Técnica da Associação de Atletismo de São Miguel; Seleccionadora dos escalões de formação da Ilha de São Miguel; Treinadora dos escalões de formação do Clube de Atletismo da Lagoa; Treinadora nos escalões de formação e seniores do Clube Operário Desportivo e Juiz de Atletismo em provas regionais, nacionais e internacionais.

Considerando o seu elevado empenho profissional, desempenhado com grande esmero e dedicação e a sua total disponibilidade para colaborar com a Câmara Municipal de Lagoa.

Considerando a sua postura de simplicidade e humildade, assumindo-se perante os seus atletas, alunos e lagoenses, em geral, como uma figura carismática, sendo reconhecida por todos pelo seu profissionalismo e trato atencioso e amigável;

Proponho a atribuição de um Voto de Louvor a Maria Madalena Madureira, o qual depois de aprovado deverá ser dado conhecimento à mesma, como reconhecimento pela sua competência, profissionalismo e contributo, ao serviço da Educação, Desporto e Atletismo, durante os 14 anos em que esteve ao serviço no concelho de Lagoa.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar o Voto de Louvor a Maria Madalena Madureira;

2.º Dar conhecimento do presente Voto de Louvor à Prof. Maria Madalena Madureira.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:



PONTO N.º 3 – PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS AOS MELHORES ALUNOS DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE LAGOA:

A Senhora Presidente apresentou a proposta sobre a atribuição de prémios aos melhores alunos da Escola Secundária de Lagoa, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que a Educação é o pilar fundamental e decisivo para o desenvolvimento e progresso da nossa sociedade;

Considerando que a Escola Secundária de Lagoa tem a missão de formar e educar os jovens lagoenses;

Considerando que o objetivo deste estabelecimento de ensino pauta pela formação dos seus alunos, apostando no desenvolvimento das suas competências pessoais, procurando assim estimular a vertente da criatividade e proatividade, de modo a preparar-lhes para o contexto real do trabalho, no seu futuro profissional;

Considerando que é de todo o interesse incentivar o gosto dos alunos pelo ensino, proponho à Câmara Municipal de Lagoa a atribuição de um prémio monetário no valor de 2.000,00 € (dois mil euros) que deverá ser repartido, de forma igual pelos seguintes alunos:

Jacinta de Fátima Amaral Carreiro (melhor aluna do secundário) e João Dias Rodrigues (melhor aluno do 3.º ciclo) da Escola Secundária de Lagoa, tendo por base os resultados obtidos no ano letivo anterior.”

A Senhora Presidente da Câmara expôs que essa proposta era presente à Câmara para votação à semelhança dos anos anteriores, atendendo que o Governo Regional está a preparar um Regulamento para definir os critérios da atribuição dos prémios aos melhores alunos, que não irá premiar apenas o melhor aluno, mas também todos os outros que se destacam noutras áreas. Mais informou que estão a analisar a hipótese dos prémios deixarem de ser monetários, podendo ser substituídos por viagens ou outros.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que os Vereadores do PSD iam-se abster nessa votação atendendo que no ano passado, aquando da votação dos mesmos prémios, manifestaram-se sobre a necessidade dos prémios a atribuir aos melhores alunos serem revistos, no sentido de serem mais abrangentes e houve essa promessa por parte do executivo socialista, o que na prática não aconteceu. Entende que o Município teve tempo suficiente para o fazer e é de opinião que o Município deverá ter o seu próprio regulamento de atribuição de prémios e não adotar o do Governo Regional dos Açores pois acredita que não terá o mesmo impacto.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira referiu que cada Escola tem o seu próprio Regulamento Interno, o qual possui os seus próprios critérios para a atribuição dos prémios aos melhores alunos e é com base nesse modelo que enviam a indicação dos alunos que devem receber os prémios.



O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que, em sua de opinião, a Câmara Municipal deveria ter o seu próprio Regulamento de Atribuição de Prémios aos Melhores Alunos uma vez que é a entidade que está a atribuir o prémio.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Atribuir dois prémios monetários, no valor de 1.000,00 € (mil euros) cada, um à melhor aluna do ensino secundário e o outro ao melhor aluno do 3.º ciclo do ensino básico, da Escola Secundária da Lagoa;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Escola Secundária de Lagoa e à Subunidade Orgânica de Contabilidade.

PONTO N.º 4 – PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS AOS MELHORES ALUNOS DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DE LAGOA:

A Senhora Presidente apresentou a proposta sobre a atribuição de prémios aos melhores alunos da Escola Básica Integrada de Lagoa, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que a Educação é o pilar fundamental e decisivo para o desenvolvimento e progresso da nossa sociedade;

Considerando que a Escola Básica e Integrada de Lagoa tem a missão de formar e educar os jovens lagoenses;

Considerando que o objetivo deste estabelecimento de ensino pauta pela formação dos seus alunos, apostando no desenvolvimento das suas competências pessoais, procurando assim estimular a vertente da criatividade e proatividade, de modo a preparar-lhes para o contexto real do trabalho, no seu futuro profissional;

Considerando que é de todo o interesse incentivar o gosto dos alunos pelo ensino, proponho à Câmara Municipal de Lagoa a atribuição de um prémio monetário no valor de 1.000,00 € (mil euros) que deverá ser repartido, de forma igual pelos seguintes alunos:

Diogo Daniel Silva Soares; Miguel Costa Rocha; José Bernardo Fontes Costa; Júlia Cordeiro Ponte; Miguel António Pereira Medeiros; Júlia Gata Martins; Bernardo Dias Matos; Martim Silva Machado; João Amaral Vaz de Medeiros Carreira e Lara Melo Raposo, considerados os melhores alunos do 1.º ciclo da Escola Básica Integrada de Lagoa, tendo por base os resultados obtidos no ano letivo anterior.”

A Senhora Presidente da Câmara expôs que essa proposta era presente à Câmara para votação à semelhança dos anos anteriores, atendendo que o Governo Regional está a preparar um Regulamento para definir os critérios da atribuição dos prémios aos melhores alunos, que não irá premiar apenas o melhor aluno, mas também todos os outros que se



destacam noutras áreas. Mais informou que estão a analisar a hipótese dos prémios deixarem de ser monetários, podendo ser substituídos por viagens ou outros.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que os Vereadores do PSD iam-se abster nessa votação atendendo que no ano passando, aquando da votação dos mesmos prémios, manifestaram-se sobre a necessidade dos prémios a atribuir aos melhores alunos serem revistos, no sentido de serem mais abrangentes e houve essa promessa por parte do executivo socialista, o que na prática não aconteceu. Entende que o Município teve tempo suficiente para o fazer e é de opinião que o Município deverá ter o seu próprio regulamento de atribuição de prémios e não adotar o do Governo Regional dos Açores pois acredita que não terá o mesmo impacto.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira referiu que cada Escola tem o seu próprio Regulamento Interno, o qual possui os seus próprios critérios para a atribuição dos prémios aos melhores alunos e é com base nesse modelo que enviam a indicação dos alunos que devem receber os prémios.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que, em sua de opinião, a Câmara Municipal deveria ter o seu próprio Regulamento de Atribuição de Prémios aos Melhores Alunos uma vez que é a entidade que está a atribuir o prémio.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Atribuir o valor de 1.000,00 € (mil euros) aos dez melhores alunos do 1.º ciclo da Escola Básica Integrada de Lagoa, recebendo cada aluno o valor de 100,00 € (cem euros);

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Escola Básica Integrada de Lagoa e à Subunidade Orgânica de Contabilidade.

PONTO N.º 5 – PROPOSTA – ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS AOS MELHORES ALUNOS DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA DE ÁGUA DE PAU:

A Senhora Presidente apresentou a proposta sobre a atribuição de prémios aos melhores alunos da Escola Básica Integrada de Água de Pau, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que a Educação é o pilar fundamental e decisivo para o desenvolvimento e progresso da nossa sociedade;

Considerando que a Escola Básica e Integrada de Água de Pau tem a missão de formar e educar os jovens lagoenses;

Considerando que o objetivo deste estabelecimento de ensino pauta pela formação dos seus alunos, apostando no desenvolvimento das suas competências pessoais, procurando assim



estimular a vertente da criatividade e proatividade, de modo a preparar-lhes para o contexto real do trabalho, no seu futuro profissional;

Considerando que é de todo o interesse incentivar o gosto dos alunos pelo ensino, proponho à Câmara Municipal de Lagoa a atribuição de dois prémios monetários no valor de 1.000,00 € (mil euros) cada, um prémio para os melhores alunos do 2.º ciclo que deverá ser repartido de forma igual pelos alunos Matilde Couto e Tomás Couto e o outro prémio à melhor aluna do 3.º ciclo Margarida Ponte, da Escola Básica Integrada de Água de Pau, tendo por base os resultados obtidos do ano letivo anterior."

A Senhora Presidente da Câmara expôs que essa proposta era presente à Câmara para votação à semelhança dos anos anteriores, atendendo que o Governo Regional está a preparar um Regulamento para definir os critérios da atribuição dos prémios aos melhores alunos, que não irá premiar apenas o melhor aluno, mas também todos os outros que se destacam noutras áreas. Mais informou que estão a analisar a hipótese dos prémios deixarem de ser monetários, podendo ser substituídos por viagens ou outros.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que os Vereadores do PSD iam-se abster nessa votação atendendo que no ano passado, aquando da votação dos mesmos prémios, manifestaram-se sobre a necessidade dos prémios a atribuir aos melhores alunos serem revistos, no sentido de serem mais abrangentes e houve essa promessa por parte do executivo socialista, o que na prática não aconteceu. Entende que o Município teve tempo suficiente para o fazer e é de opinião que o Município deverá ter o seu próprio regulamento de atribuição de prémios e não adotar o do Governo Regional dos Açores pois acredita que não terá o mesmo impacto.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira referiu que cada Escola tem o seu próprio Regulamento Interno, o qual possui os seus próprios critérios para a atribuição dos prémios aos melhores alunos e é com base nesse modelo que enviam a indicação dos alunos que devem receber os prémios.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que, em sua de opinião, a Câmara Municipal deveria ter o seu próprio Regulamento de Atribuição de Prémios aos Melhores Alunos uma vez que é a entidade que está a atribuir o prémio.

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Atribuir dois prémios monetários no valor de 1.000,00 € (mil euros) cada, um prémio para os melhores alunos do 2.º ciclo que deverá ser repartido de forma igual pelos alunos Matilde Couto e Tomás Couto, recebendo cada aluno 500,00 € (quinhentos euros) e o outro prémio à melhor aluna do 3.º ciclo Margarida Ponte, da Escola Básica Integrada de Água de Pau, tendo por base os resultados obtidos do ano letivo anterior;



2.º Dar conhecimento desta deliberação à Escola Básica Integrada de Água de Pau e à Subunidade Orgânica de Contabilidade.

PONTO N.º 6 – REFORÇO FINANCEIRO – CLUBE NÁUTICO DE LAGOA – PROJETO NÁUTICA 0:

Pela Direção do Clube Náutico de Lagoa foi presente a carta n.º 17/CNL/18, de 22 do corrente mês, solicitando um reforço financeiro para o Projeto Náutica 0, cujo teor abaixo se transcreve:

“Gostaríamos de iniciar esta comunicação parabenizando-a pelo elevado dinamismo desportivo registado no último ano no nosso concelho. Lagoa é cada vez mais palco de inúmeras manifestações desportivas alavancadas pelo papel que os clubes têm na comunidade. Para tal assume-se como essencial o apoio financeiro, mas também operacional e técnico que a autarquia tem emprestado ao desenvolvimento desportivo. Exemplo disso mesmo é o Projeto Náutica/0 que nasce da sinergia entre o Clube e Escola Secundária e conta com o apoio da autarquia que desde a primeira hora nos incentivou à implementação de aulas náuticas. Esta iniciativa assume-se fundamental para o clube e vital para a sustentabilidade do próprio Clube. A iniciativa, pioneira em São Miguel, tem vindo a ser implementada com sucesso para todas as turmas do 7.º Ano de escolaridade, mobilizando recursos e meios do clube náutico que, aquando do planeamento das atividades a desenvolver em 2018 não estavam previstas. Importa agora, no nosso entender, dar uma resposta robusta e cabal às naturais expectativas dos alunos e professores que tão energeticamente têm participado nas atividades. As nossas preocupações prendem-se essencialmente com a segurança, nomeadamente com o estado dos materiais e instalações e com a mobilização de recursos humanos qualificados que permitam a preparação e implementação do Projeto Náutica/0. Solicita-se assim a colaboração da autarquia no reforço da verba inscrita em contrato programa em vigor, de forma a fazer face a encargos com combustíveis para embarcação de apoio, à manutenção preventiva dos equipamentos e a 3 meses de laboração de um treinador de canoagem, num valor global de 1.250,00€.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar a atribuição do apoio financeiro ao Clube Náutico de Lagoa, no valor de 1.250,00 € (mil duzentos e cinquenta euros);

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade e ao Clube Náutico de Lagoa.



PONTO N.º 7 – PROPOSTA – PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O ANO DE 2019:

Foi presente a proposta sobre o parecer prévio para a celebração dos contratos de prestação de serviços, para o ano de 2019, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 1.

A Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada deliberou, por unanimidade, emitir autorização genérica para a celebração dos referidos contratos de prestação de serviços, para o ano de 2019, nos termos do n.º 4 da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio.

PONTO N.º 8 – MINUTA DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO:

Foi presente a minuta do contrato de arrendamento, a celebrar entre o Município de Lagoa e a Empresa Casa Grande, Atividades Hoteleiras e Turística, Lda., de parte do prédio rústico para parque de estacionamento, sito ao Caminho do Porto S/N, Caloura, freguesia de Água de Pau, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 2.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado deixou um alerta à Câmara Municipal por estarmos a receber uma renda no valor de 600,00€ pelos terrenos do tecnoparque, numa área de cerca de 14.000m², e agora se estar a votar uma renda no mesmo valor de 600,00€ por uma parcela pequeníssima, razão pela qual se abstém nessa votação.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor, sendo quatro votos dos membros do Partido Socialista e um voto do Senhor Vereador Roberto Oliveira e uma abstenção do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado:

1.º Proceder à celebração de um contrato de arrendamento, entre o Município de Lagoa e a Empresa Casa Grande, Atividades Hoteleiras e Turística, Lda., de parte do prédio rústico, para parque de estacionamento, sito ao Caminho do Porto S/N, Caloura, freguesia de Água de Pau, Concelho de Lagoa – Açores;

2.º Dar conhecimento à Assembleia Municipal, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO:



PONTO N.º 9 – ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2019:

De acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, foi presente a proposta do Orçamento e Grandes Opções do Plano desta Câmara Municipal para o ano financeiro de 2019.

Na proposta do orçamento da Câmara, foi prevista uma receita total de 15.000.000,00 € (quinze milhões de euros), sendo 9.987.519,00 € (nove milhões novecentos e oitenta e sete mil quinhentos e dezanove euros) de receitas correntes e 5.012.481,00 € (cinco milhões doze mil quatrocentos e oitenta e um euros) de receitas de capital, para uma despesa de igual montante, sendo 8.281.905,00 € (oito milhões duzentos e oitenta e um mil novecentos e cinco euros) de despesas correntes e 6.718.095,00 € (seis milhões setecentos e dezoito mil noventa e cinco euros) de despesas de capital.

O investimento imputado ao Plano Plurianual de Investimentos foi no montante de 5.149.481,00 € (cinco milhões cento e quarenta e nove mil quatrocentos e oitenta e um euros) e no Plano de Atividades Municipal foi de 613.200,00 € (seiscentos e treze mil e duzentos euros), totalizando as Grandes Opções do Plano em 5.762.681,00 € (cinco milhões setecentos e sessenta e dois mil seiscentos e oitenta e um euros).

De acordo com a competência conferida pela alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram apreciadas as verbas inscritas no orçamento, o qual prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas nele inscrito.

Verificado o equilíbrio orçamental nos documentos acima mencionados, a Senhora Presidente da Câmara pôs à votação o Orçamento para 2019 bem como as Grandes Opções do Plano.

Foi dado cumprimento ao estabelecido no Estatuto do Direito de Oposição. Foram enviados os documentos referentes à anteproposta do Plano e Orçamento para 2019, para direito de consulta prévia, aos membros da Oposição da Câmara Municipal, bem como da Assembleia Municipal.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado informou que regista que não foi um ano totalmente negativo em termos de governação, mas verifica que continua a haver alguma falta de atenção do executivo socialista para muitas das situações propostas pelos vereadores da oposição, dando como exemplo a atribuição dos prémios aos melhores alunos das escolas, na questão da reciclagem e pela necessidade de se fazer uma política mais ativa nas questões ambientais, quer pela falta de transparência nas contratações dos empreiteiros que trabalham para a Câmara. Entende que o processo deve ser mais claro e transparente e que devem ser acolhidas as sugestões apresentadas pelos vereadores da oposição.



Assim, os vereadores da oposição votam contra a proposta de orçamento para o ano 2019, na expectativa de que o executivo socialista possa ainda aprender com as suas propostas e disse que continua convicto, que o seu programa eleitoral seria muito melhor para a Lagoa e que numa troca de posições, fariam uma melhor gestão e esperam que se esteja num processo evolutivo e que um dia possam vir a mudar de opinião.

A Senhora Presidente da Câmara expôs que, do ponto de vista do executivo socialista, este é um orçamento realista, feito com extremo rigor, preenchendo e indo ao encontro de áreas que a experiência lhes determina que ainda requerem grande atenção, continuando a aposta numa política de apoio às famílias, mas com uma orientação muito clara para as questões da qualidade de vida no concelho e para a requalificação profissional das pessoas.

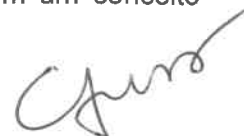
Frisou que de uma forma geral é isso que este orçamento reflete. De uma forma integrada e seguindo as orientações europeias atuais, diferentes do passado, as políticas não estão focadas na edificação, mas sim políticas que respondam às carências sociais e à valorização de recursos humanos. Mais referiu que o progresso de um concelho não se faz só com obras físicas, mas com a melhoria das condições de vida da sua população e qualificação dos recursos humanos e nessa medida, conseguir que, dentro de alguns anos, essas famílias alcancem uma clara independência financeira para a subsistência dos seus agregados familiares.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que no fundo concorda com o que foi dito pela Senhora Presidente, mas que também havia um outro motivo muito forte que condicionou a sua intenção de voto e o levou a votar contra a proposta de orçamento que foi o facto dos eventos realizados pela Senhora Vereadora da Cultura terem sido um enorme fracasso e um autentico “vazar” dos dinheiros públicos.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira respondeu que não concordava com o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e que não é essa a visão que tem porque os eventos que se realizaram também têm uma componente educativa, ao que o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado respondeu que podem até ter uma componente educativa e cultural, mas que não se podem esquecer que os dinheiros são públicos e têm de ser bem geridos, dando como exemplo o fracasso que tem sido o Inspiral.

Acrescentou que o Inspiral é um tipo de evento que foi pensado para ser algo grande mas que não obteve a resposta que se esperava, até porque os artistas escolhidos não tem tido uma boa aceitação por parte do público, na primeira sessão que se realizou na Ribeira Chã teve a presença de algumas pessoas, mas que a segunda sessão que ocorreu no cinema, a participação foi pouquíssima e que os lagoenses não gostam nem aderem àquele género musical.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira referiu, uma vez mais, que o Inspiral não é um evento de massas, é um projeto cultural, com um cartaz muito específico, com um conceito



musical dentro do “singer song writers”, com a presença de artistas cantautores e que visa dinamizar espaços culturais do concelho. Acrescentou que o Inspiral tem sido muito criticado pela oposição, inclusive na reunião da Assembleia de Freguesia da Ribeira Chã, mas que não percebe as contas que os membros do PSD fazem, pois não correspondem à realidade, estão a dividir o custo total do Inspiral por 4 sessões, quando o Inspiral é composto por 9 sessões mais o evento final, que terá a duração de dois dias, terminando no ano 2019. Acrescentou que estamos já com 3 sessões do Inspiral e que ainda não perceberam o conceito do evento.

Para além disso, salientou que na Ribeira Chã, o evento contou com muita gente, ao contrário daquilo que o Senhor Vereador diz.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que os eventos escolhidos não se adequam à população da Lagoa, quem gosta e aparece para ouvir aquele tipo de música são pessoas de fora do concelho, e são eventos criados à imagem da Senhora Vereadora Albertina Oliveira e que ela não pode obrigar as outras pessoas a gostarem nem a concordarem com ela.

Acrescentou ainda que não se sente sequer à vontade para se abster nessa votação, quando ouve dizer que o Caloura Blues foi bom, está bem e recomenda-se para o próximo ano, quando se está a insistir numa temática que foi um fracasso.

A Senhora Presidente da Câmara tomou a palavra para tecer algumas considerações sobre os dois eventos que estavam a ser discutidos, sem que com isso, pretendesse influenciar ou fazer os Senhores Vereadores da Oposição mudarem de opinião, até por cada qual é responsável pelas suas próprias opiniões e gostos.

Começou por explicar que tem de haver uma questão de bom senso e equilíbrio, existem eventos no concelho para satisfazer todos os gostos e temos de responder àquilo que o povo gosta, mas também têm que se trabalhar para elevar o nível cultural das pessoas.

Salientou que não se acabou com nenhuma das festas que já existiam, apenas passou-se a ter dois novos eventos que se baseiam em novos conceitos musicais.

Em relação ao Inspiral, frisou que a Câmara Municipal realizou um evento cultural e ponto final. Os eventos culturais não são eventos de massa e não se sacrificou nenhuma outra festa pois manteve os que já existiam. Houve foi um novo evento que caminha numa direção que não considera ser oposta mas sim alinhada com aquilo que se pretende, ou seja, temos uma população pouco instruída, e essa é a verdade da qual não vale a pena fingir, mas essas pessoas têm de começar a ouvir outro tipo de música, para a qual inicialmente não estão despertas mas que depois vão começar a ouvir um outro tipo de som, com uma mensagem ligeiramente diferente, que segue o mesmo princípio de se ter uma Escola Profissional, temos uma escola do ensino regular, mas para aqueles alunos que não se conseguem integrar no ensino regular, temos uma alternativa para o ensino vocacional, o concelho passa a dispor dessa resposta para esses jovens com vista à sua instrução.



Referiu que os grupos musicais locais terão sempre um espaço nos eventos como o Festival Porto dos Carneiros, o Cabouco Land, o Festival da Malassada, entre outros, são nesses eventos que os nossos grupos tradicionais poderão apresentar e promover os seus trabalhos.

O Inspiral integra-se no programa cultural da Câmara Municipal de Lagoa e pretende chamar a atenção para os nossos espaços culturais e, de quando em vez, é preciso fazer algo que chame a nossa população aos espaços de valor acrescido cultural e que por vezes são desconhecidos da população local.

Em relação ao Caloura Blues disse que sempre se falou na necessidade de se ter um evento âncora na Lagoa, independentemente de se realizar na Caloura ou noutro sítio, apesar de ser da opinião, que deve ser feito na Caloura por ser um local bonito e com uma mística adjacente.

Referiu que a Lagoa não consegue competir com os grandes festivais que se realizam em S. Miguel, o Blues é um evento diferente e é o evento que se quer âncora para a Lagoa, apesar de existirem alguns pormenores que necessitam de ser revistos e melhorados. Não podemos competir com os grandes nomes nacionais que atuam nos outros festivais por isso devemos apostar no Blues, por garantir a diferenciação e desta forma ir melhorando, de ano para ano, de forma a criar nome e vingar.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que concorda plenamente com o facto de uma festa se ir conquistando gradualmente, e sempre achou um erro a forma como o Lagoa Com Vida se tentou impor, enfrentando os grandes festivais que já tinham renome. Considera que uma das causas para o Caloura Blues não ter sido um sucesso foi o facto de ter bilheteira. O valor da bilheteira arrecadado não foi o suficiente para fazer face ao custo do elevar do patamar do evento, do requinte do espaço, pois obteve-se 15.000,00€ para uma estrutura de custos na ordem dos 100.000,00€.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira referiu que quem foi ao Caloura Blues gostou muito das músicas e apreciou todo o espaço envolvente.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse que na sua opinião o que levou Água de Pau a virar as costas ao Caloura Blues foi o facto de ter bilheteira.

A Senhora Presidente da Câmara e a Senhora Vereadora Albertina Oliveira foram unânimes quanto à necessidade de haver bilheteira, admitindo que o preço do bilhete possa ser revisto, mas um espetáculo que se quer de nível tem obrigatoriamente de ter bilheteira para se poder controlar o público que entra no recinto e dessa forma evitar a entrada de pessoas embriagadas e evitar desacatos, porque não há evento que se aguento com esse tipo de situações.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado salientou um ponto que no seu entender correu bem, que foi a questão da logística do estacionamento e a solução adotada dos



transfers com os mini-bus, o que ajudou muito a disciplinar o trânsito no local. Da mesma forma, sugere que se adotasse uma solução diferente para o preço do bilhete, num formato que passasse por incluir o preço da entrada e consumo de bar, e dessa forma atenuar o custo do bilhete. Referiu que entende que se queira criar um ambiente intimista e mais elitista, mas na realidade faltaram as pessoas, porque o espaço tinha muita pouca gente, tendo a Senhora Presidente respondido que vão sempre faltar pessoas enquanto o evento não criar nome e vingar.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira referiu que não se pode fazer uma comparação entre o público do Festival da Baixa D'Areia com o do Caloura Blues, desde logo porque o espaço consignado para o Caloura Blues foi muito maior.

A Senhora Presidente da Câmara expôs que para o seu executivo, o Blues é o evento âncora e que se deve continuar a apostar nele, corrigindo o que correu menos bem pois tem tudo para andar para a frente e vingar, se o povo de Água de Pau não se reviu neste evento, este poderá até mudar de sítio ou de freguesia.

Relativamente ao Inspiral reafirmou que o mesmo é parte integrante de um plano cultural, que percorre as cinco freguesias do concelho e que visa dar a conhecer os espaços museológicos que existem em cada uma delas, chamando a atenção da comunidade local para o valor histórico e patrimonial de cada um dos espaços e simultaneamente dar a conhecer um novo género musical.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira quis deixar expressa a sua opinião, expondo que na sua opinião o Caloura Blues pode realizar-se sempre, todos os meses ou todos os anos, porque a música é boa, o espaço é lindo, muito bem decorado e com muito requinte e, pessoalmente, gosta muito de blues.

A questão que se coloca é como se pode justificar perante as pessoas que se gasta 80.000,00€ em dois dias a cantar, e é isso que as pessoas dizem e criticam, quando não há dinheiro para fazer outras coisas e há dinheiro para festivais.

Se há a necessidade de ter um evento âncora então que se aposte na Festa de Santo António, que é um evento que já tem renome, é tradicional e popular e caracteriza a nossa identidade, porque a última edição das festas de Santo António só contou com a participação de três marchas populares, o que soube a pouco, podendo este vir a ser o evento âncora.

No seu entender, é por isso que depois surgem as críticas à Câmara por ser a promotora e a realizadora dos eventos, ao que a Senhora Presidente respondeu que o bom seria que aparecesse um privado que quisesse investir nos eventos, mas que isso só poderá acontecer quando estes vingarem.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que concorda que é isso que se pretende e apesar de achar que o Caloura Blues é uma festa muito linda, nunca irá assumir a responsabilidade política por esse evento, considerando que há que promover eventos para os



lagoenses e não para trazer pessoas de fora do concelho e por isso nunca terão o seu voto a favor.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista e dois votos contra dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Concordar com a proposta de Orçamento para 2019 no montante de 15.000.000,00 € (quinze milhões de euros);

2.º Concordar com a proposta apresentada das Grandes Opções do Plano para 2019;

3.º Submeter a proposta de Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano financeiro de 2019 à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Os documentos acima mencionados foram assinados e rubricados em todas as folhas pelos membros da Câmara presentes, a fim de evitar a sua transcrição em ata, conforme determina o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, de 21 de novembro de 1963, na sua atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

Pelos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira foi apresentada a Declaração de voto que abaixo se transcreve:

“Declaração de voto ao ponto 9, da reunião de câmara de 31/10/2018, Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano Financeiro de 2019.

O orçamento e plano para 2019 apresentado, é basicamente uma cópia do mesmo documento do ano de 2018 em matéria de despesa corrente, registando-se um considerável aumento de despesa de capital, em muito fazendo uso da perspectiva de um empréstimo a longo prazo para a realização de alguns investimentos, fortemente concentrados na freguesia do Rosário.

Em matéria ainda de aumento da receita, fica também identificado o aumento das transferências do orçamento de estado no valor de aproximadamente € 380.000,00 e a expectativa de um crescimento de receitas pelas vias dos impostos IMT e IMI.

Fazendo uma retrospectiva ao percurso da governação socialista na Lagoa, no último ano, esta mostra os níveis de execução do orçamento de 2018, mostra também que existiram algumas preocupações com o bem-estar geral, onde se destacam, a criação do gabinete de desenvolvimento económico, a nova regulamentação que visa melhorar a atribuição de apoios e a proposta para implementação de um plano de reabilitação urbana.

Posto isso podemos dizer que, nem tudo vai mal e nem tudo se faz mal na Lagoa, mas existe ainda um longo caminho a trilhar, e que aproveitando o momento de mais alguma atividade e confiança económica, será de esperar todo o empenho para melhorar a grande exposição que o nosso concelho tem relativamente aos ciclos económicos.

Assim, o PSD em sede de proposta de lançamento de derrama, bem como em anteproposta de orçamento apresentou sugestões, que podem contribuir para o bem-estar dos lagoenses,



propostas estas que mereceram alguma atenção por parte da maioria socialista, mas que nem sempre foram aceites, motivo pelo qual entendemos não ser este o nosso orçamento, tanto mais que após um ano em exercício de funções ainda não sentimos por parte da maioria socialista a recetividade e diálogo, no objetivo de serem implementadas soluções que de comum acordo, visem a melhoria de vida do nosso povo.

Lembramos ainda que os vereadores do PSD durante este ano de mandato, na medida das suas obrigações e deveres, contribuíram ativamente na busca de melhores soluções para os problemas da Lagoa, apresentando sugestões, propostas de discussão e disponibilidade para encontrar melhores soluções para problemas crónicos da Lagoa, onde sentimos que:

Há muito a fazer em matéria de equidade entre as freguesias.

Há muito a fazer pela excelência dos nossos alunos e pelo bem-estar das famílias

Há muito a fazer em matéria de políticas ambientais.

Há muito a fazer na promoção das nossas coletividades e da nossa cultura.

Há muito a fazer em termos de promoção turística.

Há muito a fazer em matéria de transparência e igualdade de oportunidades.

Há muito a fazer em rigor e objetividade na gestão do erário público.

Deste modo, os vereadores do PSD irão votar contra este orçamento, não por questões partidárias, mas fazendo votos que próximos orçamentos estejam mais de acordo com os seus princípios, uma vez que têm a convicção de que têm melhores propostas para a Lagoa e que, não obstante, estarem a representar a oposição, têm tido um importante contributo na governação socialista, mostrando sempre empenho e dedicação a este concelho."

PONTO N.º 10 – PROPOSTA – MAPA DE PESSOAL PARA O ANO FINANCEIRO DE 2019:

Foi presente a proposta do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2019, nos termos do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, elaborada com base na atual Estrutura Orgânica e Organização dos Serviços Municipais.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou a Senhora Presidente da Câmara sobre se o número de trabalhadores da Câmara Municipal constante do Mapa de Pessoal para 2019 aumentou ao que a Senhora Presidente respondeu que não houve aumento no número de trabalhadores, sendo o mesmo igual ao de 2018. Relembrou que em 2018 verificou-se a entrada para o quadro, através de procedimento concursal de mais 8 pessoas para exercerem funções que visem colmatar carências em áreas específicas, conforme permitido pela legislação em vigor. Mais informou que é provável que o próximo ano fique marcado pela saída de alguns trabalhadores por via da aposentação.



O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado informou que se iria abster nessa votação por desconhecer essa realidade apresentada pela Senhora Presidente da Câmara.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Concordar com a proposta apresentada do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa;

2.º De acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Mapa de Pessoal do Município de Lagoa, para o ano financeiro de 2019, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei e n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

PONTO N.º 11 – INFORMAÇÃO – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PELA CÂMARA MUNICIPAL:

A Senhora Presidente apresentou a informação sobre a autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que abaixo se transcreve:

“Considerando o que dispõe o artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 8 de junho, na sua atual redação, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando ainda que, e por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal;

Considerando, outrossim, que o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano;



Considerando que, atenta esta faculdade, e ainda a celeridade, eficácia e boa implementação da estratégia de desenvolvimento municipal justamente desenvolvida pelos órgãos de Município, nomeadamente através da aprovação dos documentos previsionais, importa que seja solicitada a referida autorização prévia à Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/1999, de 8 de junho, na sua atual redação, dado que parte do citado normativo foi revogado pela lei dos compromissos (artigo 13.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação);

Considerando ainda o disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;

Assim, proponho o seguinte:

- 1.º Que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal proposta para que este órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- 2.º Que delibere solicitar à Assembleia Municipal que este órgão, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, na autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal abranja ainda os encargos não previstos no PPI que não excedam o limite de 99.759,58 € euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;
- 3.º Que delibere ainda a Câmara Municipal que a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo seja dada na condição que, além das condições previstas acima, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e no Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, na sua atual redação, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;
- 4.º Que mais delibere a Câmara Municipal que, na sequência do pedido de autorização prévia formulado, seja igualmente autorizada a delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1 e 2, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:



1.º Aprovar e submeter à Assembleia Municipal proposta para que este órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;

2.º Solicitar à Assembleia Municipal que este órgão, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, na autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal abranja ainda os encargos não previstos no PPI que não excedam o limite de 99.759,58 € euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos;

3.º A emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo seja dada na condição que, além das condições previstas acima, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas;

4.º Delegar na Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1 e 2, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.

PONTO N.º 12 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:

A fim de ser proposto à Assembleia Municipal a concretização de delegação de parte de competências da Câmara Municipal na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a respetiva Junta de Freguesia, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 3.

Ao abrigo da cláusula 4.ª (Recurso Financeiro) do referido acordo de execução, “A Câmara Municipal de Lagoa transfere para a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário a quantia de 74.220,45 € (despesas correntes o valor de 50.752,80 € e despesas de capital o valor de 23.467,65 €) em tranches mensais em função da realização das competências, ao abrigo da cláusula 2.ª do presente acordo de execução.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que vota contra porque desconhece o que foi contratualizado com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário e entende que a verba proposta é manifestamente insuficiente para fazer face aos custos com a



manutenção de cerca de 12Km de canadas que consta no protocolo. Salientou que a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário não possui viaturas e que algumas canadas ficam distantes e longe do local de trabalho dos funcionários.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a Junta de Freguesia ficará apenas responsável por realizar as intervenções de manutenção regulares, sendo que as intervenções maiores decorrentes de intempéries ou fenómenos climatéricos profundos serão executadas pelos Serviços da Câmara Municipal.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira informou que se abstém nessa votação.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor, uma abstenção do Senhor Vereador Roberto Oliveira e um voto contra do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado:

1.º Concordar com a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário;

2.º Propor à Assembleia Municipal a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos previstos na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei.

PONTO N.º 13 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CRUZ:

A fim de ser proposto à Assembleia Municipal a concretização de delegação de parte de competências da Câmara Municipal na Freguesia de Santa Cruz, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a respetiva Junta de Freguesia, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 4.

Ao abrigo da cláusula 4.ª (Recurso Financeiro) do referido acordo de execução, “A Câmara Municipal de Lagoa transfere para a Junta de Freguesia de Santa Cruz a quantia de 54.911,19€ (despesas correntes o valor de 37.458,74€ e despesas de capital o valor de 17.452,45€) em tranches mensais em função da realização das competências, ao abrigo da cláusula 2ª do presente acordo de execução.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que se abstém nessa votação porque desconhece a realidade que foi contratualizada com a Junta de Freguesia de Santa Cruz e não está em condições de aferir se este acordo é mais favorável ou não.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira informou que também se abstém nessa votação pela mesma razão.



A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Concordar com a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia de Santa Cruz;

2.º Propor à Assembleia Municipal a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia de Santa Cruz, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos previstos na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei.

PONTO N.º 14 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DO CABOUÇO:

A fim de ser proposto à Assembleia Municipal a concretização de delegação de parte de competências da Câmara Municipal na Freguesia do Cabouço, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a respetiva Junta de Freguesia, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 5.

Ao abrigo da cláusula 4.ª (Recurso Financeiro) do referido acordo de execução, “A Câmara Municipal de Lagoa transfere para a Junta de Freguesia de Cabouço a quantia de 44.842,68 € (despesas correntes o valor de 27.646,98 € e despesas de capital o valor de 17.195,70 €) em tranches mensais em função da realização das competências, ao abrigo da cláusula 2.ª do presente acordo de execução.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que se abstém nessa votação porque desconhece a realidade que foi contratualizada com a Junta de Freguesia do Cabouço e não está em condições de aferir se este acordo é mais favorável ou não.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira informou que também se abstém nessa votação pela mesma razão.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Concordar com a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia do Cabouço;

2.º Propor à Assembleia Municipal a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia do Cabouço, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos previstos na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei.



PONTO N.º 15 – ACORDO DE EXECUÇÃO COM A JUNTA DE FREGUESIA DA RIBEIRA CHÃ:

A fim de ser proposto à Assembleia Municipal a concretização de delegação de parte de competências da Câmara Municipal na Freguesia da Ribeira Chã, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi presente a minuta do acordo de execução a celebrar com a respetiva Junta de Freguesia, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 6.

Ao abrigo da cláusula 4.ª (Recurso Financeiro) do referido acordo de execução, “A Câmara Municipal de Lagoa transfere para a Junta de Freguesia de Ribeira Chã a quantia de 43.740,30 € (despesas correntes o valor de 28.660,30 € e despesas de capital o valor de 15.080,00 €) em tranches mensais em função da realização das competências, ao abrigo da cláusula 2.ª do presente acordo de execução.”

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que se abstém nessa votação porque desconhece a realidade que foi contratualizada com a Junta de Freguesia da Ribeira Chã e não está em condições de aferir se este acordo é mais favorável ou não.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira informou que também se abstém nessa votação pela mesma razão.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Concordar com a minuta do acordo de execução a celebrar com a Junta de Freguesia da Ribeira Chã;

2.º Propor à Assembleia Municipal a concretização de delegação de competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia da Ribeira Chã, de acordo com a alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos previstos na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:

PONTO N.º 16 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 30 de outubro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 692.317,08 € (seiscentos e noventa e dois mil trezentos e dezassete euros e oito cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.



SUBUNIDADE ORGÂNICA RECURSOS HUMANOS:**PONTO N.º 17 – PROPOSTA - DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DOS CHEFES DE DIVISÃO:**

Pela Senhora Presidente da Câmara foi presente a proposta de atribuição de despesas de representação aos Chefes de Divisão, que abaixo se transcreve:

“Considerando que:

O Estatuto de Pessoal Dirigente dos serviços da administração central, regional e local do estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, consagra o direito ao abono de despesas de representação no montante fixado para o pessoal da administração central, ao pessoal dirigente da administração local.

Porém, a adaptação dessa Lei à administração local, através da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, concretamente no seu artigo 24.º, faz depender a atribuição desse abono de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Assim, tendo em vista o respeito pelo princípio de igualdade e não discriminação dos dirigentes da administração local perante os seus congéneres da administração central e regional, proponho que se submeta à aprovação da assembleia Municipal a atribuição das respetivas despesas de representação para o ano de 2019.

Estas despesas de representação, concretamente no valor de 194,79€, é fixada por despacho do Primeiro-Ministro e de membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e está publicada na Portaria 1153-C/2008 de 31 de dezembro.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

- 1.º Concordar com a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara;
- 2.º Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de atribuição de despesas de representação aos Chefes de Divisão, de acordo com o n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.

DEPOIS DA ORDEM DO DIA:**ALTERAÇÃO DE DATA DE REUNIÃO CAMARÁRIA:**

A Senhora Presidente propôs a alteração da data da próxima reunião da Câmara Municipal, de forma a permitir uma melhor organização dos Serviços. Assim, a reunião agendada para o dia 16 de novembro passará para o dia 23 de novembro, às 09:00 horas.



A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a alteração proposta;

2.º Dar a necessária publicidade à presente deliberação por afixação de editais em lugares de estilo.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Atendendo que foi a última reunião do mês, seguiu-se um período de intervenção aberto ao público que por não estar ninguém presente com direito a intervir, foi o mesmo dado por encerrado.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO:

E não havendo mais nada a tratar, sendo 11:15 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu *Zandra Madeira Bernardo*, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio Pessoal, a redigi e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO